

RECURSO ESPECIAL Nº 1.355.075 - AL (2012/0247244-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MARIA TAVARES DE ARAÚJO E OUTROS
ADVOGADO : RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES E OUTRO(S) - PE022713
RECORRIDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MARIA TAVARES DE ARAÚJO E OUTROS, com base na alínea **a** do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI E OFENSA À COISA JULGADA. EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL. REAJUSTE DE 47,94%. DISPOSITIVO LEGAL APONTADO COMO VIOLADO: ART. 471, I, DO CPC. COISA JULGADA. INSTITUTO INFRACONSTITUCIONAL. SÚMULA 343 DO STF. INCIDÊNCIA.

1- Este Plenário vem entendendo majoritariamente pelo cabimento da rescisória em casos que tais, fundada em violação a literal disposição de lei e ofensa à coisa julgada, afastando assim a aplicação da súmula 343 do STF. Preliminar rejeitada.

2- O Código de Processo Civil dispõe; quanto às execuções contra a Fazenda Pública, no parágrafo único do art. 741, com a redação dada pela Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/2001, que se considera inexigível o título fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação de lei ou ato normativo tidos pela referida Corte Suprema como incompatíveis com a Constituição Federal.

3- O fato de o princípio da relativização somente ter sido positivado em nossa legislação codificada em 24/8/2001 não elide a sua aplicação mesmo aos títulos judiciais formados antes dessa data, por ser solução que , decorre mais da principiologia que das regras processuais, sob pena de dar azo a situações fáticas iníquas. Ademais, quando da citação do devedor para dar início à execução do julgado, já havia decisão da Suprema Corte extirpando a norma ou a sua interpretação

do ordenamento jurídico, de modo que já se podia considerar o título inexigível e obstar-se a execução com fulcro no art. 741, II, do CPC. Precedentes deste Tribunal.

4- A interpretação da Constituição dada por seu intérprete maior deve prevalecer sobre a coisa julgada, abrindo espaço para o proclamado princípio da relativização da coisa julgada, como modo de se conferir a máxima efetividade às decisões emanadas da Corte Constitucional.

5- Tratando-se de vício de tamanha envergadura, a inquinar a exigibilidade do título executivo, nada impede seu reconhecimento de ofício, no curso da execução, sobretudo nas 'hipóteses em que o devedor não opõe embargos, como ocorreu no caso.

6- Pedido improcedente, com condenação dos autores nos ônus da sucumbência" (fls. 537/538e)

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 471, I, DO CPC, E 5º, INC. XXXVI DA CF188. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO.

-Segundo os embargantes, teria sido omissa o acórdão embargado na medida em que não teria se pronunciado a respeito da violação ao art. 471, I, do CPC e art. 5º, XXXVI, da CF188.

-Diferentemente do que afirmam os embargantes, o voto condutor de mérito apreciou, as expressas,. acerca da suposta violação ao referidos dispositivos legais e constitucionais que os embargantes, equivocadamente, entendem não terem sido apreciados.

- Cabe enfatizar que mesmo no casos em que os declaratórios objetivem o prequestionamento, é indispensável e fique demonstrado que não tenha sido emitido juízo explícito acerca da matéria ou da tese jurídica que, a esse título, se pretenda ver discutida.

- Embargos desprovidos" (fl. 579e).

Em seu Recurso Especial, a recorrente alega ofensa ao arts.471, 467, 468, 473, 474, 485, IV e V, 535, I e II, e 741, parágrafo único, do CPC/73 e 6º, da LICC, sustentando o seguinte:

"2. Síntese dos fatos.

Os recorrentes ajuizaram demanda ordinária contra o DNOCS por meio da qual buscavam a certificação do direito a um reajuste de

47,94% sobre os seus respectivos vencimentos, desde 1º de março de 1994, com a devida incorporação e demais reflexos legais. Acolhida a pretensão e certificado o seu direito, a decisão final transitou em julgado em 9 de março de 2000, sem que houvesse o ajuizamento da ação rescisória para a sua desconstituição. Só então os recorrentes promoveram a execução do título nos exatos limites da condenação.

Ocorre que o ente público opôs embargos de devedor alegando, dentre outras matérias, a suposta inexigibilidade do título executivo judicial, ao fundamento de que se pautara ele em interpretação de lei tida posteriormente como incompatível com a Constituição pelo Supremo Tribunal Federal (art. 741, p. ú, CPC).

Processados os embargos à execução, o Tribunal Federal da 5ª Região acolheu o mencionado argumento, transitando o acórdão em julgado.

Ocorre que o citado aresto entendeu que o título executivo era inexigível por aplicação do art. 471, I do CPC, ao argumento de que houve situação superveniente (modificação de orientação jurisprudencial) a possibilitar a relativização da coisa julgada.

OBSERVE-SE - ISTO É IMPORTANTÍSSIMO - QUE O FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RESCINDENDO NÃO FOI O TÃO BADALADO ART.

741, P.Ú. DO CPC MAS SIM O ART. 471, I DO CPC, QUE EMBORA TENHAM OS MESMO ALGARISMOS EM ORDEM DIFERENTE E TRATAM DE RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA, NÃO TRADUZEM A MESMA NORMA PROCESSUAL (ESTE PODE TER SIDO O MOTIVO DA CONFUSÃO REALIZADA NA CORTE DE ORIGEM)

(...)

Como se percebe, é importante frisar que são dois os fundamentos de rescindibilidade: primeiro, a aplicação retroativa de lei nova violou a coisa julgada (art. 485, IV, CPC); segundo, ao invés de aplicar o p. único do art. 471, I do CPC, o acórdão rescindendo terminou por violá-lo, eis que não estavam satisfeitos os pressupostos fáticos de sua incidência.

Analisando o seu pleito, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região entendeu por bem julgar improcedente o pleito rescisório, ao argumento de que o art. 741, p.ú. do CPC embora positivado posteriormente, pode ser aplicado contra decisões judiciais transitadas em julgado posteriormente.

Como o Tribunal apreciou matéria diversa da que estava envolvida no feito, os autores opuseram embargos de declaração postulando o

enfrentamento da questão posto perante o juízo, qual seja, a apreciação da violação à literal disposição do art. 471, I do CPC, bem como a presença de afronta à coisa julgada (art. 485, IV, do CPC).

(...)

4. Do mérito recursal.

4.1. Da violação ao art. 535 do CPC.

A primeira e mais flagrante violação à lei federal perpetrado pelo acórdão recorrido diz respeito à ofensa ao art. 535 do CPC.

Isto porque, como já adiantado, o foco do debate inaugurado nesta ação rescisória fora a má aplicação do art. 471, I do CPC.

Nada obstante, o Pleno do TRF-5a Região discutiu a aplicação do art. 741, p.ú. do CPC, numa evidente confusão da matéria em apreço.

(...)

Deve, portanto, ser reconhecida a violação ao art. 535 do CPC, sendo determinado o retorno dos autos para a correção dos equívocos cometidos no julgamento da ação rescisória, sendo determinada à corte de origem que se atenha ao objeto da petição inicial, o que desde já se requer.

4.2. Da violação ao art. 485, V do CPC e ao art. 471, I do CPC.

Além das razões trazidas no tópico antecedente, o presente recurso especial merece provimento porque o acórdão recorrido findou por violar o art. 485, V do CPC ao não rescindir o aresto rescindendo por mácula ao disposto no art. 471, I do Código de Ritos, (...).

Ora, fica claro da leitura do texto que o legislador não conferiu ao juiz a possibilidade de rever de ofício a questão já decidida. É ônus da parte requerer em juízo tal revisão se entender que estão presentes os pressupostos para tanto.

Portanto, o simples fato do órgão jurisdicional desconstituir de ofício o título judicial e extinguir toda a execução constitui uma violação ao disposto no art. 471, I do CPC, que há de ser apreciada na presente ação rescisória.

Não bastasse o argumento acima expendido, ainda que o magistrado pudesse aplicar de ofício o citado dispositivo legal, mesmo assim não estão presentes in casu os pressupostos para a aplicação do art. 471, I do CPC.

É que o referido dispositivo legal exige para a revisão do julgado a modificação no estado de fato ou de direito e que a relação jurídica em foco seja de trato sucessivo, ou continuativa, no dizer da lei.

A toda evidência, não houve modificação no estado de direito.

Ocorreu apenas uma mudança na interpretação dada pelo STF quanto à matéria que arrima o título judicial, mas o regime jurídico a que

estavam submetidos os servidores continuou exatamente o mesmo, pelo que não se pode falar em modificação no estado de direito.

(...)

4.3. Da impossibilidade de se desconsiderar a coisa julgada. Ofensa ao art. 485, IV, do CPC e aos arts. 467, 468, 471, 473 e 474, também do CPC.

O acórdão recorrido defende que é possível desconsiderar a coisa julgada fundada tida por inconstitucional pelo STF - ainda que mediante controle difuso - em sede de embargos do devedor, de forma que o art. 741, parágrafo único, do CPC, alcançaria mesmo os arestos anteriores à sua vigência.

Os argumentos trazidos pelo aresto recorrido não se sustentam.

(...)

Sucedendo que, embora o seu regime jurídico seja estabelecido pela lei ordinária, não é verdadeira a conclusão alcançada no aresto recorrido, segundo a qual a coisa julgada que recai sobre decisão calcada em norma tida como inconstitucional simplesmente perde a força da exigibilidade. Em outras palavras, o tribunal a quo defende que a decisão que se baseia em norma tida por inconstitucional não faz coisa julgada, ou perde a sua imutabilidade em caso de superveniência de juízo de inconstitucionalidade (lato sensu).

(...)

Esquece-se, porém, de que o instituto da coisa julgada se assenta num dos princípios mais relevantes do sistema jurídico constitucional, que é o princípio da segurança jurídica (...).

Sendo assim, afirmar, tal como pretende afirmar a decisão recorrida, que o p. único do art. 741 do CPC seria prescindível para que se pudesse negar cumprimento a uma decisão baseada em dispositivo objeto de juízo de inconstitucionalidade é o mesmo que negar o próprio instituto da coisa julgada e o princípio da segurança jurídica em que se inspira, a despeito de ser também ela, coisa julgada, um instituto com raízes constitucionais.

Ademais, seria permitir a relativização atípica da coisa julgada, por meio de uma cláusula geral de revisão da coisa julgada, lastreada na noção de justiça/injustiça. Ora, isso seria aniquilar por completo a estabilidade das relações e a expectativa legítima dos jurisdicionados de obter uma decisão definitiva do Poder Judiciário. Afinal, a definitividade é característica própria da decisão jurisdicional, além de ser garantia do cidadão no Estado Democrático de Direito.

(...)

Sucedendo que a ferramenta utilizada pelo juízo prolator da decisão

rescindenda para desconstituir o título executivo judicial exibido pelos recorrentes o p. único do art. 741 do CPC - foi utilizada indevidamente, haja vista que lhe foi dada aplicação retroativa para atingir uma decisão já transitada em julgado antes do início da sua vigência.

Desse modo, é absolutamente pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que, para que se possa negar cumprimento a uma decisão transitada em julgado, ao argumento de que se baseara ela em norma tida como inconstitucional, é imprescindível observar o que dispõe o p. único do art. 741 do CPC. Não menos pacífico é o entendimento de que a referida hipótese de rescindibilidade somente se aplica às decisões que transitaram em julgado após a sua entrada em vigor - isto é, após 11 de abril de 2000, data em que foi publicada a Medida Provisória n. 1.997-37/2000.

(...)

Diante de tudo quanto foi exposto, percebe-se que, ao apreciar a matéria sub judice, o tribunal originário terminou por violar o art. 485, IV, do CPC, na medida em que deixou de aplicá-lo no caso dos autos, nada obstante a configuração suficiente do seu suporte fático, em face da manifesta ofensa à coisa julgada pela decisão rescindenda.

(...)

Considerando o fundamento invocado - desconconsideração, pura e simples, da coisa julgada supostamente inconstitucional -, deve-se ver ainda que o julgado recorrido viola também os dispositivos do Código de Processo Civil que estabelecem o regramento jurídico da coisa julgada - especialmente os arts. 467, 468, 471, 473 e 474 -, negando-lhes vigência. O aresto desconconsiderou completamente os referidos dispositivos legais, como se não incidissem na hipótese concreta.

Sendo assim, merece reforma o acórdão recorrido, nos termos do pedido formulado adiante.

4.4. Do não preenchimento, no caso concreto, dos pressupostos de fato para a incidência do art. 741, p. único, do CPC.

A indevida aplicação retroativa do referido dispositivo pela decisão rescindenda (art. 6º LICC). Violação, pelo acórdão recorrido, dos arts. 485, V, e 741, p. único, ambos do CPC, e do art. 6º da LICC.

Não bastasse o equívoco de simplesmente desconconsiderar a coisa julgada material, o acórdão recorrido não observou que o dispositivo de lei em que se fundara a decisão judicial que serviu de título

executivo aos recorrentes jamais foi objeto de juízo de inconstitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Federal.

Já se viu que o p. único do art. 741 do CPC é imprescindível para que se possa desconstituir a coisa julgada que torna imutável decisão que se baseia em lei tida por inconstitucional pelo STF. Já se viu também que a ele não se pode dar aplicação retroativa, para atingir casos julgados antes da sua vigência no sistema normativo.

Pois bem. Ainda que assim não fosse, pode-se perceber, da leitura do parágrafo único do art. 741 do CPC, que, dentre os seus pressupostos de incidência, exige-se (i) a existência de precedente do Supremo Tribunal Federal, (II) proferido em sede de controle concentrado de constitucionalidade, (iii) em que se reconheça a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo em que se funda o título executivo ou que reconheça a incompatibilidade da aplicação ou interpretação do dispositivo legal que serve de fundamento ao título com a Constituição Federal.

Sucedendo que, no caso presente, não existe qualquer precedente do STF, proferido em sede de controle concentrado ou mesmo em sede de controle difuso, que tome por inconstitucional ou que reconheça a incompatibilidade com a Constituição da aplicação ou interpretação dos atos normativos em que se baseou o título executivo judicial - é dizer, a Medida Provisória n. 154/90, posteriormente convertida na Lei Federal n. 8.030/90, e a Lei Federal n. 7.830/90.

(...) Ora, se houvesse o efeito vinculante transcendente que foi vislumbrado pela decisão rescindenda e pelo aresto recorrido, decerto que não haveria necessidade de ajuizamento de tantas ações quantas fossem as resoluções concessivas de acréscimos percentuais.

Desse modo, a decisão rescindenda não poderia jamais invocar o art. 741, p. único, do CPC, para negar exigibilidade ao título executivo judicial, vez que não preenchidos os seus pressupostos de incidência.

(...)

Não bastasse isso, a decisão rescindenda também violou o art. 6º, da Lei de Introdução ao Código Civil, por ter dado ao art. 741, p. único, do CPC, aplicação retroativa, para atingir uma outra decisão, que transitara em julgado em 2 de dezembro de 1998 (fl. 116) bem antes, portanto, de 11 de abril de 2000, data em que o referido dispositivo foi acrescentado ao ordenamento jurídico por força da Medida Provisória 1.997-37/2000. Trata-se de posicionamento que destoa totalmente do entendimento predominante na jurisprudência pátria, tal como se viu no item anterior.

Sendo assim, o acórdão recorrido ofende o art. 485, V, do CPC, na

medida em que julga improcedente o pedido rescisório contra decisão que claramente viola o art. 741, p. único, do CPC, e o art. 6º, da LICC. Dessa maneira, a decisão recorrida termina por violar também os próprios arts. 741, p. único, do CPC, e 6º, da LICC, negando-lhes vigência.

Por esse motivo, carece de reforma" (fls. 596/623e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido na origem (fls. 637/638e).

Inicialmente, Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto ao mérito, relativo à ofensa à coisa julgada, extrai-se do acórdão recorrido:

"Considerando que o Plenário rejeitou a preliminar, vencida esta Relatora, passo ao exame do mérito da rescisória.

A ação rescisória está fundamentada no art. 485, incisos IV e V, do Código de Processo Civil, que autorizam a rescisão de julgado ofensivo à coisa julgada violador de literal disposição de lei.

O art. 471, inciso I, do Código de Processo Civil, apontado pelos autores da ação como violado pelo acórdão rescindendo, estabelece, realmente, que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide, salvo quando, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevém modificação no estado de fato ou de direito, caso em que pode a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença.

Ocorre que a lei deve ser interpretada de forma sistemática e com vistas a atender a sua finalidade, sem destoar da obediência ao parâmetro constitucional.

Sabe-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento de várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade (v.g. ADI 1603-2, 1612-1, 1613-0 e 1.614-8), portanto no exercício do controle concentrado de constitucionalidade, com eficácia erga omnes, reconheceu a

inconstitucionalidade do reajuste de 47,94% suspendendo liminarmente o pagamento dessa vantagem aos servidores públicos federais, isso desde 1997, na ADI 1603-26 e 1613-07; e em caráter definitivo desde 1998, na ADI 1614-88, e desde 1999, na ADI 1612-1 9.

A interpretação da Constituição dada por seu intérprete maior, segundo penso, deve prevalecer sobre a coisa julgada, abrindo espaço aqui para o proclamado princípio da relativização da coisa julgada. Há de se conferir a máxima efetividade às decisões emanadas da Corte Constitucional.

O Código de Processo Civil, por sua vez, também dispõe, quanto às execuções contra a Fazenda Pública, no parágrafo único do art. 741, com a redação dada inicialmente pela Medida Provisória 2.180-35, de 24/8/2001 (publicada no DOU de 27.08.2001) e, ao depois, pela Lei 11.232, de 22/12/2005 (em vigor seis meses após a sua publicação, a qual ocorreu aos 23/12/2005), que se considera inexigível o título fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação de lei ou ato normativo tidos pela referida Corte Suprema como incompatíveis com a Constituição Federal.

Na hipótese sub judice, o título judicial declarado inexigível transitou em julgado em 9/3/2000, conforme certidão nos autos (fl. 119v).

Em que pese a existência de respeitável corrente jurisprudencial a preconizar a restrição da aplicação do parágrafo único do art. 741 apenas às situações em que a coisa julgada tenha sido formada posteriormente à edição da MP 2.180/2001 (v.g.STJ, AgRg no REsp 1031092/AL, rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, unânime, DJe 31/08/2009), penso que tal exegese pode ocasionar distorções ofensivas ao princípio maior da isonomia, gerando, por exemplo, inusitadas situações em que servidores do mesmo órgão, ocupantes do mesmo cargo e com mesmo tempo de serviço percebiam remunerações diversas, por terem - obtido resultado diferenciado em suas demandas judiciais quanto ao índice de 47,94% ou porque suas sentenças transitaram em julgado em datas diferentes.

O fundamento da relativização, aqui, não está especificamente no art. 471, I, do CPC (ou seja, alteração do estado de fato ou de direito em relação jurídica continuativa), mas em declaração de inconstitucionalidade proclamada em controle concentrado pelo STF, bem antes, inclusive, do trânsito em julgado da ação.

O fato de o princípio da relativização somente ter sido positivado em nossa legislação codificada em 24/8/2001 não elide a sua aplicação mesmo aos títulos judiciais formados antes dessa data, por ser solução que decorre mais da principiologia que das regras processuais. Ademais, quando da citação do devedor (DNOCS) para dar início à execução do julgado, em 10/5/2005 (fl. 325), já havia decisão da Suprema Corte extirpando a norma ou a sua interpretação do ordenamento jurídico, de modo que já se podia considerar o título inexigível e obstar-se a execução com fulcro no art. 741, II, do CPC.

E, tratando-se de vício de tamanha envergadura, a inquinar a exigibilidade do título executivo, **nada impede seu reconhecimento de ofício, no curso da execução, sobretudo nas hipóteses em que o devedor não opõe embargos, como ocorreu no caso** (fl. 327)" (fls. 519/521e).

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que "preconizar a restrição da aplicação do parágrafo único do art. 741 apenas às situações em que a coisa julgada tenha sido formada posteriormente à edição da MP 2.180/2001 (...) penso que tal exegese pode ocasionar distorções ofensivas ao princípio maior da isonomia, gerando, por exemplo, inusitadas situações em que servidores do mesmo órgão, ocupantes do mesmo cargo e com mesmo tempo de serviço percebam remunerações diversas(...).

O fundamento da relativização, aqui, não está especificamente no art. 471, I, do CPC (...), mas em declaração de inconstitucionalidade proclamada em controle concentrado pelo STF, bem antes, inclusive, do trânsito em julgado da ação.

O fato de o princípio da relativização somente ter sido positivado em nossa legislação codificada em 24/8/2001 não elide a sua aplicação mesmo aos títulos judiciais formados antes dessa data, por ser solução que decorre mais da principiologia que das regras processuais. Ademais, quando da citação do devedor (DNOCS) para dar início à execução do julgado, em 10/5/2005 (fl. 325), já havia decisão da Suprema Corte extirpando a norma ou a sua interpretação do ordenamento jurídico, de modo que já se podia considerar o título inexigível e obstar-se a execução com fulcro no art. 741, II, do CPC.

E, tratando-se de vício de tamanha envergadura, a inquinar a exigibilidade do título executivo, **nada impede seu reconhecimento de ofício, no curso da execução, sobretudo nas hipóteses em que o devedor não opõe embargos, como ocorreu no caso**". Entretanto, tais fundamentos não foram impugnados pela parte recorrente, nas razões

do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.

5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Ante o exposto, conheço em parte do Recurso Especial (quanto ao art. 535 do CPC/73) e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários, pois o recurso foi interposto contra decisão proferida na vigência do CPC/73.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora